



Anais da Assembleia

Nº 133

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE OUTUBRO DE 1991

ANO XVII

RESOLUÇÃO Nº 039/91

DATA: 15 de outubro de 1991

SÚMULA: Revoga a Resolução nº 52 de 30 de agosto de 1990.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica revogada a Resolução nº 52 de 30 de agosto de 1990.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.10.91

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

1ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª. LEGISLATURA
ATA DA 107ª. SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 1991.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Plauto Miró Guimarães.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cesar Silvestri, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Dr. Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mario Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Lourenço Fregonese, Basílio Zamusso, Costenaro Neto, José Arthur Ritti, José Tavares, Nilton César e Paulo Maia (07). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio e José Afonso Júnior (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a

proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 98/91

Curitiba, 10 de outubro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo que as pessoas físicas ou jurídicas que utilizem economicamente matéria-prima florestal nos termos dos artigos 20 e 21 da Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal, são obrigadas à sua reposição, direta ou indiretamente através de empreendimentos dos quais participam, de forma a garantir o seu suprimento assegurando o plantio de novas áreas, em terras próprias ou pertencentes a terceiros, cuja produção sob exploração racional, seja, no mínimo, equivalente ao consumo para seu abastecimento, dentro dos limites territoriais do Estado do Paraná, tudo conforme especifica.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa é altamente significativo e consulta aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, eis que virá dotar o Estado de eficiente instrumento legal no sentido de assegurar a reposição florestal no Estado do Paraná.

Oferecendo o necessário detalhamento quanto aos aspectos da conveniência, oportunidade, respaldo constitucional e suporte jurídico da medida é adiante transcrito pronunciamento do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, que analisando o assunto asseverou:

"1 - Trata o presente de proposição de anteprojeto de lei visando a regulamentação, no Estado do Paraná, das disposições do Código Florestal acerca da reposição florestal obrigatória.

2 - A proposta, ao que se vê, foi amplamente analisada e debatida pelas instituições responsáveis e com a participação, inclusive, de setores do Governo federal.

3 - Depreende-se da proposição, o desejo de adequar-se a questão da reposição florestal obrigatória à nova realidade ju-

rídico-constitucional, assumindo este Estado federado as atribuições que lhe foram cometidas pela novel Carta Magna.

Com efeito, no campo das competências constitucionais, o novo sistema de repartição, particularmente no que se refere à competência legislativa sobre florestas e proteção ao meio ambiente limita a competência da União a estabelecer normas gerais, art. 24, VI, C/C § 1º da Constituição da República). Ora, estabelecer normas gerais, importa tão somente em definir os princípios e bases da legislação respectiva, aplicáveis em todo o território nacional ou parte deste, cabendo aos Estados a densificação normativa que detalhará e especificará tais normas gerais.

Neste caso, a norma geral está contida nos artigos 20 e 21 do Código Florestal (Lei Federal n. 4.771/65) e o fato da União estar regulamentando dita regra geral, mediante a edição de decretos e portarias, só se admite na ausência de legislação estadual, como se vê no disposto no art. 24, § 2º da Constituição da República, que trata da competência suplementar dos Estados, e no art. 24, § 3º da C.R., que "a contrario sensu" permitiria competência legislativa plena à União inexistindo lei estadual regulamentar.

4 - Cumpre ressaltar finalmente que é dever do Poder Público Estadual, na forma da lei, "estabelecer aos que de qualquer forma utilizem economicamente matéria-prima florestal, a obrigatoriedade, direta ou indireta, de sua reposição", consoante determina a Constituição do Estado do Paraná (art. 207, § 1º, inciso XVII).

5 - Por tais motivos, entendemos oportuna e adequada a proposta sub examine, podendo a mesma ter regular processamento."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As pessoas físicas ou jurídicas que utilizem economicamente matéria-prima florestal nos termos dos artigos 20 e 21 da Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965 Código Florestal, são obrigadas à sua reposição, direta ou indiretamente através de empreendimentos dos quais participam, de forma a garantir o seu suprimento assegurando o plantio de novas áreas, em terras próprias ou pertencentes a terceiros, cuja produção sob exploração racional, no mínimo, equivalente ao consumo para seu abastecimento, dentro dos li-

mites territoriais do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A reposição florestal poderá ser efetuada nas modalidades abaixo, mediante projetos técnicos aprovados pelo órgão estadual competente:

a) pela, vinculação de florestas plantadas e/ou levantamentos circunstanciados, próprios ou de terceiros;

b) pela execução e/ou participação em programas de fomento florestal, de acordo com a regulamentação da presente lei.

Art. 2º - Aos pequenos consumidores de matéria-prima florestal, é facultada a reposição florestal nos termos do artigo anterior, ou o recolhimento do valor equivalente em conta bancária especial do órgão competente.

§ 1º - Os recursos arrecadados na forma prevista neste artigo, serão aplicados em projetos de florestamento ou reflorestamento, devidamente aprovados pelo órgão estadual competente, bem como, em desapropriação de áreas destinadas à implantação e formação de "Florestas Estaduais".

§ 2º - Ficam isentos do recolhimento previsto neste artigo aqueles que utilizem:

a) lenha para consumo doméstico ou produto ou subproduto destinados a trabalhos artesanais;

b) madeiras beneficiadas e produtos acabados, desde que procedentes de pessoas físicas ou jurídicas que tenham cumprido as obrigações estabelecidas nesta lei.

Art. 3º - Fica instituído o Cadastro de Consumidores de Matéria-prima Florestal, sob responsabilidade do órgão estadual competente, no qual deverão se cadastrar as pessoas físicas e jurídicas que, por forma, utilizem ou venham a utilizar recursos florestais.

Art. 4º - O Poder Executivo instituirá documento apropriado para manter o controle de quem comercializar, transportar, armazenar, comprar, vender ou utilizar matéria-prima florestal.

Art. 5º - As pessoas físicas ou jurídicas que venham a utilizar economicamente matéria-prima florestal deverão incluir, no pedido de licenciamento da atividade ou empreendimento, projeto de reposição florestal, atendendo ao disposto na presente lei.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, termos de cooperação e ajustes com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e com outros órgãos públicos, visando dar fiel cumprimento às disposições desta lei, especialmente no que tange ao repasse de informações cadastrais relativas à reposição florestal.

Art. 7º - Constitui infração, para efeito desta lei, qualquer ação ou omissão que importe na inobservância dos seus pre-

ceitos, bem como aos do regulamento e demais normas dela decorrentes.

Art. 8º - Sem prejuízo das demais cominações estabelecidas em normas federais, estaduais e municipais, os infratores sujeitar-se-ão às seguintes sanções:

- I - multa;
- II - apreensão;
- III - interdição;
- IV - embargo;
- V - suspensão; e
- VI - cassação da licença

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que for necessário à sua execução, dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o nº ATCC 1024/91, do Senhor Deputado CAÍTO QUINTANA, Chefe da Casa Civil, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES do Senhor Deputado ALGACI TÚLIO, esclarece sobre a suposta devolução de recursos orçamentários aos cofres públicos, por aquela Pasta conforme noticiado em jornal. Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob os nºs DTL/SAT/281, 282, 283 e 284/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

330/91: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Campo Mourão os imóveis que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.722. Anote-se - Arquite-se.

417/91: Do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, que reajusta em 20% (vinte por cento), a partir de 1º.09.91, os níveis de vencimentos dos membros do Corpo Especial do Tribunal de Contas do Estado e da Procuradoria do Estado junto ao mesmo Tribunal e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.723. Anote-se - Arquite-se.

418/91: Da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, que reajusta em 20% (vinte por cento), a partir de 1º.09.91, os vencimentos dos servidores da Procuradoria-Geral da Justiça e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.724. Anote-se - Arquite-se.

419/91: Do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, que reajusta em 20% (vinte por cento), a partir de 1º.09.91, os vencimentos dos servidores dos quadros de pessoal dos Tribunais de Justiça e de Alçada e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.725. Anote-se - Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2622

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o projeto de Lei nº 437/91 (mensagem nº 80/91), de autoria do Poder Executivo, que objetiva estabelecer normas em nível de legislação estadual, pertinentes à fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2625

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o projeto de Lei nº 447/91 (mensagem nº 91/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 300.000.000,00 ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Londrina.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2626

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o projeto de Lei nº 449/91 (mensagem nº 89/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 234.616.000,00 ao orçamento próprio da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, para implantação do Centro Estadual de Produção e Transferência de Embriões.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2627

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 450/91

(Mensagem n° 88/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 636.000.000,00 ao orçamento próprio do DER para cobertura de despesas com obras de rejuvenescimento asfáltico nos aeroportos de Loanda e Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2629

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o projeto de lei n° 452/91 (mensagem n° 86/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.200.000.000,00 ao orçamento próprio da Secretaria de Estado dos Transportes, provendo recursos ao DER para atendimento ao programa do PARANÁ RURAL.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2709

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão total da Ordem do Dia para discussão e votação dos projetos de lei constantes da mesma.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) MARIO BEZERRA

Apoio: Cleiton Kielse

REQUERIMENTO N° 2690-A

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o adiamento da discussão, por dez sessões, do Projeto de Lei n° 120/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba área conforme especifica.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

REQUERIMENTO N° 2713

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário adiamento de discussão e votação por 3 (três) sessões do Projeto de Resolução n° 046/91.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) DÚLIO GENARI

REQUERIMENTO N° 2715

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o adiamento da discussão e votação, por dez sessões, do Projeto de Lei n° 158/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que proíbe a comercialização e a utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado o metanol.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

REQUERIMENTO N° 2690

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação de redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2712

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, REQUERER a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 308/91, de minha autoria, que versa sobre doação de imóvel do Estado ao município de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) ROSSONI

REQUERIMENTO N° 2685

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhes são conferidas, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a destinação dos horários reservados ao Pequeno e ao Grande Expediente e ao Horário das Lideranças da sessão ordinária do dia 16 de outubro de 1991, para a projeção do filme Ameríndia e o pronunciamento do Presidente da CASLA - Casa Latino Americana, em comemoração ao transcurso dos 500 anos de descobrimento da América Latina.

Sala das Sessões, em 15.10.91

(aa) Dr. ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 2685-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 321/91, de sua

maioria, constante da Ordem do Dia de hoje, com discussão encerrada.

Sala das Sessões, em 15.10.91

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2714

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor PAULO MISCHUR, ocorrido em 14.10.91, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15.10.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 70 anos faleceu nesta Capital, o Senhor PAULO MISCHUR deixando viúva a Sra. OLÍVIA e dois filhos.

O passamento de Paulo Mischur veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Paulo.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Mischur endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2716

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de pesar à família PLANAS, pelo falecimento da Sra. ROSA PLANAS, residente no município de Maringá/PR.

Sala das Sessões, em 15.10.91

(a) DIRCEU MANFRINATO.

REQUERIMENTO N° 2689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em Ata de um Voto de Congratulações pelo 9° aniversário de emancipação política do município de SARANDI.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência à Câmara Municipal e ao Exmo. Sr. Prefeito Helio Grames Pereira.

Sala das Sessões, em 15.10.91

(a) JOAO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Sarandi é um dos mais novos municípios criados na Região a que pertence, apresentando um dos mais elevados índices de crescimento populacional, em função da concentração de indústrias que ali se instalaram, contribuindo para o fortalecimento das atividades comerciais e industriais.

Para divulgar seu perfil industrial Sarandi promoveu a 1.ª Exposição Industrial de Sarandi - EXPORANDI - com mais de 70 empresas participantes, nos setores de confecções, móveis, alimentos, brinquedos e peças para veículos, com o objetivo de mostrar ao Paraná que está entre os principais pólos industriais do Estado, e que, na Microrregião 9 polarizada por Maringá, composta por 28 municípios, o parque industrial da cidade está em 2° lugar e figura entre os 25 municípios mais industrializados do Estado.

Merece pois, a cidade de SARANDI, as congratulações desta Casa, pelo exemplo dado a todo o Paraná, que pela sua capacidade de trabalho e de maneira pujante, vem contribuindo para o fortalecimento econômico do Estado.

REQUERIMENTO N° 2696

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Dr. Alvaro Apolloni Neumann, Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu/PR, pela homenagem recebida no dia 11 de outubro, na cidade de Umuarama, pela entrega do Título de Cidadão Honorário daquela cidade.

Sala das Sessões, em 15.10.91

(a) HEINZ HERWIG.

JUSTIFICATIVA:

No dia 11 de outubro do ano em curso, o Dr. Alvaro Apolloni Neumann, Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu/PR, recebeu a homenagem desta comunidade, sendo agraciado com o Título de Cidadania Honorária.

É portanto, motivo de contentamento para esta Casa, associar-se às congratulações que são merecidamente manifestadas ao ilustre líder municipalista.

Que o teor do presente se dê ciência ao Sr. Inácio Pereira Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama, aos vereadores de Umuarama, e ao Dr. Alvaro Apolloni Neumann, Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu/Pr.

REQUERIMENTO N° 2703

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de votos de congratulações aos Professores do Paraná, pela passagem do seu dia comemorado no dia 15 de outubro.

Do aprovado requer ainda, envio de comunicação aos ilustres professores:

Elias Abrahão, digníssimo Secretário de Estado da Educação;

João Darci Bom, Secretário Municipal de Umuarama;

Augusto Gaioski, Chefe do Núcleo Regional de Educação, em Umuarama;

Izaias Ogliari, Presidente da APP-Sindicato, em Curitiba;

Sérgio Lima, Presidente do Sindicato dos Professores do Paraná - SIMPROPAR.

Sala das Sessões, em 15.10.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

Usarei de alguns poemas de ilustres poetas a homenagear ambos, o artista e o educador, pois eles se confundem.

"Es como uma mulher em trabalho de parto; quanto mais procura retardar o momento de dar a luz, tanto mais continua na dor. O que temes afinal? Não é a um outro ser que farás nascer, mas a ti mesmo."

Soren Kierkegaard

- Mercador! Mercador! Mercador!

- O que vende, senhor?

- vendo Corpos e Almas -

sonhos sopro fantasias poemas magias

- E o que se faz com o Corpo, mercador?

- Senhora, Ele ama.

- Eu levo, mercador, eu levo.

- Mas junto vai a Alma, dona.

Eu sou mercador de coisas belas!

- Obrigado, mercador, mas eu não sei o que fazer com Ela.

(Hamilton Faria)

REQUERIMENTO N° 2694

Senhor Presidente.

O Deputado Alceu Swarowski, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, providências urgentes ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Fernando Collor de Mello e Ministro de Estado da Saúde Alcení Guerra, no sentido de que se mantenha a data de 18 a 22 de novembro de 1991, para a IX Conferência Nacional de Saúde para 1992.

Sala das Sessões, em 15.10.91

(a) ALCEU SWAROWSKI.

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos nos somarmos à solicitação da maioria esmagadora dos municípios do Estado do Paraná, pela voz da Associação Paranaense dos Serviços Municipais de Saúde da Região Metropolitana de Saúde do Paraná e da Região Sudeste do Estado.

Pretendia-se a transferência da realização da IX Conferência Nacional de Saúde, para 1992.

Curitiba, terça, em 15.10.91

Por sem dúvida, tal atitude choca-se frontalmente com as propostas da Reforma Sanitária e da atual etapa do processo de municipalização da saúde, caracterizando novamente o antagonismo usual entre o discurso e a prática.

Estabelece o art. 198, da Constituição Federal, através dos incisos I, II e III, que, obrigatoriamente, deverão ser seguidas as diretrizes da descentralização, atendimento integral e participação da comunidade, nas ações e serviços públicos da saúde.

A transferência para o ano de 1992, da IX Conferência Nacional de Saúde, portanto, vai interromper todo o esforço conjunto dos três níveis de Governo e participação decisiva da comunidade, um evidente esfriamento do entusiasmo pela solução dos problemas da saúde.

Com a firme convicção a Presidência da República e o Ministério da Saúde, demonstrarão mais uma vez, sua alta sensibilidade, firmamo-nos respeitosamente.

REQUERIMENTO N° 2683

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR, expediente solicitando a construção de uma sala de aula no Colégio Estadual Tiradentes - ensino de 1° e 2° graus, em Cafesal, município de Iporã.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Considerando não dispor o Colégio Estadual Tiradentes de condições físicas para abrigar o elevado número de alunos nele existente e tendo em vista que tal deficiência está prejudicando o andamento regular e norma daquele estabelecimento de ensino.

Por ser de ímpar importância o solicitado à comunidade, é que trago tal apreciação aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 2688

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado à Secretaria da Cultura aos cuidados da Excelentíssima Senhora Secretária Gilda Poli, expediente solicitando a efetivação de Convênio, entre aquela Secretaria e o Município de Irati, com vistas a construção de um Teatro Barracão.

A cultura de forma alguma deve ser tutelada pelo Estado ou afins, sob pena de estarmos ideologizando as pessoas no que é mais sublime, ou seja o comportamento individual voluntário ligado à cultura, o que seria uma prática antidemocrática.

Mas cabe ao Estado, criar condições e mecanismos que viabilizem o extravasamento das manifestações populares concernentes à cultura.

No Município de Irati, é latente a cultura popular, externada através de inúmeras tradições daquele valoroso povo, que necessita de um ponto de referência, no sentido de manter vivas as suas raízes culturais.

É nesta ordem de colocações, que a municipalidade de Irati, apela ao mais profundo sentimento cultural da Excelentíssima Senhora Secretária, para que tal convênio se efetive, possibilitando assim, a manutenção da cultura daquele importante Município.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2698

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alceni Guerra, Ministro da Saúde, solicitando:

Primeiro, a manutenção da data da IX Conferência Nacional de Saúde e;

segundo, que em respeito a Constituição Federal e as Leis n° 8080 e 8142, sejam respeitadas as decisões desta Conferência.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A imprensa tem veiculado notícias que o Senhor Ministro da Saúde tem demonstrado desejos de novo adiamento da IX Conferência Nacional de Saúde.

Esperamos que seja só boatos, pois novo adiamento só atrasará a implantação de um sistema e de uma política de saúde voltada para os interesses da maioria da população.

Se concretizado o adiamento da Conferência, será mais uma afronta do Poder Central em relação à sociedade civil e, será sem dúvida mais um ato arbitrário e autoritário do Governo Collor e seu Ministro.

Pior que seu adiamento, com certeza, foram as declarações do Doutor Alceni Guerra no Seminário de Integração Institucional da Direção Nacional do SUS, no dia 14.09.91. Declarou o Senhor Ministro que o Doutor Akel "implantou com muita segurança, com uma performance realmente extraordinária, o pagamento por produtividade das

ações de saúde.

Essa é uma filosofia de governo e eu lhes asseguro aqui que nenhuma conferência Nacional de Saúde fará com que voltemos atrás (grifo nosso).

E o discurso continuou... "não é possível voltarmos atrás, por determinação de nenhum Conselho e nenhuma Conferência e não voltaremos" (grifo nosso).

São declarações que novamente expõem o caráter autoritário dos atuais ocupantes do Poder Central.

Também levam a dúvidas sobre o que o Ministro da Saúde encaminhará das resoluções da Conferência e do Conselho, e, de antemão deixa-nos a sensação de que a Conferência será mera formalidade.

Cobramos posição clara do Senhor Ministro da Saúde sobre estes dois fatos.

REQUERIMENTO N° 2699

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública Moacir Favetti, solicitando que, em caráter de urgência, sejam efetuados estudos visando a instalação de posto do Corpo de Bombeiros no Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Recebemos correspondência (anexa) solicitando apoio a esta reivindicação.

Nesta, colocam-nos que tal município não tem o serviço de Corpo de Bombeiros.

Achamos de extrema importância que esta comunidade tenha o mais rápido possível este tipo de atendimento.

REQUERIMENTO N° 2700

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública Moacir Favetti, solicitando que seja reativado o módulo policial de Vila Canet, bairro do Xaxim, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Nesta região existem inúmeras escolas e, algumas crianças têm sido vítimas de gracejos e aliciamento sexual por parte de adultos.

Existe também um módulo policial fechado e, a população reivindica que o mesmo seja reativado.

REQUERIMENTO N° 2701

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER seja enviado expediente ao Doutor Nizan Pereira de Almeida, solicitando os seguintes documentos:

1. Cópia de edital da Concorrência 003/90.
2. Cópia de todo o processo de licitação e de homologação.

Estes documentos se referem a compra de ambulâncias para o SIATE.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Fomos informados que tal processo, apesar de legal e sem nenhuma irregularidade, foi anulado pelo ex-governador Alvaro Dias e, posteriormente foi feito nova concorrência, pelo DEAM, para a compra das ambulâncias.

REQUERIMENTO N° 2704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, meu digno Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja determinado o envio de um ou mais policiais para o distrito de São João, no Município de Altônia.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao ilustre Prefeito Municipal, Doutor Jonathan Pliacekos, aos vereadores Miguel Resende e Reinaldo Detoni.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de São João, segundo os vereadores afirmam em correspondência, situa-se a mais de dez quilômetros da sede do Município de Altônia e possui um razoável número de habitantes em sua sede e não conta com um único policial militar, colocando em risco a segurança das famílias daquela localidade.

REQUERIMENTO N° 2705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, digníssimo Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja viabilizado a implantação do Curso Técnico e/ou Auxiliar de Contabilidade, no distrito de Cafetal, em Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Senhor Prefeito Municipal, ao Vereador Antonio V. do Carmo e ao Vereador Moisés Mendes Sanches.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando o fato do distrito não

Curitiba, terça, em 15.10.91

dispor de condições de manter em seu meio boa parte da sua população estudantil, que em razão da falta de oportunidade é obrigada a procurar outros centros em busca de conhecimentos que os habilitem à prática de atividades que possam vir a lhes proporcionar seguras condições de sucesso e considerando ser o curso de contabilidade um dos mais concorridos e procurados e nossa região, dada a fácil absorção da mão-de-obra, solicitamos ao Senhor Secretário a referida implantação.

REQUERIMENTO N° 2706

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Osni Ribas Alves, digníssimo Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA/regional Paraná, no sentido de que sejam liberados recursos financeiros e/ou materiais, para a construção de uma creche no distrito de Vila Alta/UMUARAMA.

Sala das Sessões, em 15.10.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município de Umuarama, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente a nível de sede e de seus distritos administrativos.

Através de sua Secretaria de Bem-Estar Social, a Prefeitura coloca-se neste processo, como instrumento das iniciativas da comunidade e, em particular, no que se refere a creches, não só por entender que o menor necessita de um local para ser atendido em suas necessidades básicas e que creche é um direito da mulher trabalhadora. Porém, compreende também que o acesso ao trabalho é a questão principal, em toda a ação que busque a promoção social.

Nada mais justo, portanto, que num município onde se vem buscando a industrialização, o mesmo coloque à disposição da comunidade trabalhadora uma rede de serviços básicos, como é considerada a creche.

O município conta hoje com 15 creches distribuídas com 8 na sede e 7 nos distritos. Junto a estas desenvolve um trabalho de assessoria técnica e financeira, ou seja, subvenciona-as financeiramente e ao mesmo tempo tenta assegurar a qualidade do trabalho junto a seus funcionários e diretoria. No entanto, apesar desta, existem áreas descobertas ainda por esse tipo de serviço e nas quais a comunidade organizada reivindica. Portanto, Umuarama necessita hoje, de mais creches para atender a demanda atual.

Os objetivos, dentre outros são:

- 1 - ampliar o quadro de creches existentes no município, gerando mais vagas

para o atendimento do menor;

2 - dotar áreas desprovidas e, cuja necessidade é emergente, com o serviço de creche;

3 - qualificar o atendimento ao menor, nestas instituições;

4 - possibilitar à mãe, o trabalho remunerado e conseqüente aumento na renda familiar;

5 - atender as reivindicações da comunidade.

REQUERIMENTO N° 2707

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial à Secretaria de Estado do Esportes, solicitando estudos e viabilização para a construção de uma quadra poliesportiva no DISTRITO DE SANTA ELIZA/UMUARAMA.

Do aprovado, requer ainda, envio de comunicação ao Senhor Prefeito Municipal, ao vereador Benedito Padilha e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 15.10.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação atende a uma antiga aspiração da comunidade usuária daquele município, formada predominantemente por pessoas carentes que não possuem, nas redondezas, local apropriado para a prática de esportes. A construção da cancha polivalente viria não apenas fomentar essa atividade física e de recreação para os jovens, como propiciar lugar adequado para a utilização pelos estudantes, principalmente. Temos a certeza de que a Secretaria ao efetuar estudos verificará de imediato a necessidade e o oportunismo da obra, diante do insignificante montante de recursos financeiros dispendido, comparado com benefício para a população.

REQUERIMENTO N° 2708

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial à Secretaria de Estado de Esporte, solicitando estudos e viabilização para a construção de uma quadra poliesportiva no PATRIMÔNIO DE ROBERTO SILVEIRA, em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, envio de comunicação ao Senhor Prefeito Municipal, ao vereador José Ilton de Oliveira e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 15.10.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação atende a uma antiga aspiração da comunidade usuária da-

quele município, formada predominantemente por pessoas carentes que não possuem, nas redondezas, local apropriado para a prática de esportes. A construção da cancha polivalente viria não apenas fomentar essa atividade física e de recreação para os jovens, como propiciar lugar adequado para a utilização pelos estudantes, principalmente. Temos a certeza de que a Secretaria ao efetuar estudos verificará de imediato a necessidade e o oportunismo da obra, diante do insignificante montante de recursos financeiros dispendido, comparado com o benefício para a população.

REQUERIMENTO N° 2684

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, requer seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, José Moacir Favetti, sobre a necessidade da designação de mais 1 Delegado de Polícia e 2 escrivães para a Comarca de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 15.10.91

(a) PAULO MAIA.

JUSTIFICATIVA:

O aumento populacional de Ivaiporã e região implica crescimento dos serviços públicos prestados pela Polícia Judiciária (Polícia Civil). A atual estrutura não atende mais ao volume das ocorrências verificadas na Comarca. Pelas avaliações das autoridades locais, para uma solução paliativa e imediata, faz-se necessária a designação de, ao menos, mais 1 delegado de Polícia e 2 escrivães.

REQUERIMENTO N° 2686

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, requer seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Desembargador Renato Pedroso, Mui Digno Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, acerca da necessidade do desmembramento das Varas do Judiciário do Comarca de Ivaiporã, e, urgentemente, até que esta providência seja tomada, se adote o Regime de Exceção na Comarca, com o envio de recursos humanos e materiais que regularizem e agilizem os trabalhos de tutela jurisdicional.

Sala das Sessões, em 15.10.91

(a) PAULO MAIA.

JUSTIFICATIVA:

Em que pese todo o empenho e esforço promovido pelos representantes do Poder Judiciário e Ministério Público na Comarca de Ivaiporã, no sentido de prestar uma tutela jurisdicional célere e eficaz, a acumulação de processos que se verifica em decorrência do crescimento da demanda in-

viabiliza e frustra a intenção de uma boa prestação de serviços judiciários à população. A adoção do Regime de Exceção na Comarca é meio de aumentar a sua capacidade instalada de prestação de serviços, enquanto as Varas não forem desmembradas.

REQUERIMENTO N° 2711

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja reiterada a solicitação ao Senhor Governador de informações sobre o valor dos gastos, no mês de abril de 1991, por parte do Estado na manutenção de previdência complementar e outros benefícios a empregados de empresas ou órgãos do Estado.

Sala das Sessões, em 15.10.91

(a) NEIVO BERALDIN.

JUSTIFICATIVA:

Reiterar o pedido de informações é necessário, tendo em vista que a resposta não atende ao solicitado no requerimento aprovado, pelo augusto Plenário desta Casa, em 06.08.91.

A necessidade desta informação prende-se ao fato de que os empregados do Estado não possuem benefícios salariais de maneira igual aos da administração indireta do Estado. Porém, são custeados pela mesma fonte, que é o Estado.

Pois, não é porque os gastos com previdência complementar, estão contabilizados nas empresas ou órgãos da administração indireta, que deixam de ser gastos do Governo do Estado do Paraná. Urge portanto, que tenhamos um controle de custos que identifique todos estes comprometimentos. E, que o Governador, possa dar as respostas por ser o responsável pelos gastos e benefícios concedidos aos empregados e todas as empresas e órgãos do Estado.

REQUERIMENTO N° 2695

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, o texto intitulado "HÁ UMA NOVA FORÇA NA CIDADE", de autoria do jornalista ADAIL INGLÊS, no Jornal Diário da Manhã.

REQUER, outrossim, da decisão seja dada ciência ao jornalista ADAIL INGLÊS, na rua Balduino Taques, 890, CEP 84010, em Ponta Grossa, Paraná.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

Neste momento difícil pelo qual está passando nossas instituições, onde o resgate da credibilidade se torna imperioso, surgem novas lideranças emergidas da sociedade civil, para bem representar os in-

Curitiba, terça, em 15.10.91

teresses da coletividade.

O ilustre jornalista - ADAIL INGLÊS - em sua coluna "Opinião", no jornal Diário da Manhã do dia 10 de outubro passado, com propriedade transmitiu aos pontagrossenses a importância e expectativa da posse da nova diretoria do Conselho Comunitário de Segurança. Como ser humano, Adail conhece os problemas da Segurança Pública, como jornalista, possui experiência e competência para transmitir à comunidade da real necessidade de apoiarmos a novas e bem intencionadas lideranças.

REQUERIMENTO N° 2710

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, da saudação feita pelo Senhor IRENO VICENTE, em nome dos funcionários do Poder Legislativo, ao Reverendíssimo Padre GUSTAVO HENRIQUE PEREIRA FILHO, Capelão do Legislativo, no dia 11.10.91 durante a celebração da Santa Missa oficiada na Capela da Assembléia por ocasião da comemoração de seu 81º aniversário natalício.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

É justo que o Poder Legislativo preste sua homenagem, como gratidão, ao Padre GUSTAVO que durante o período de convivência neste Poder, não medindo esforços para desempenhar da melhor maneira possível sua missão evangelizadora, sempre com bondade, fé, esperança, amor e otimismo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 474/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba, lote de terreno, de propriedade do Estado, sob número 06, situado na Quadra n° 13, da planta geral da cidade de Guaratuba, tendo o mesmo lote as seguintes dimensões e confrontações: com 16,00 mts. de frente - para a Avenida Ponta Grossa, pela lateral direita com o lote n° 07, a esquerda com a Rua Dr. Carlos Cavalcanti; 40,00 mts. de fundos - com o lote n° 01, conforme certidão n° 15.185, livro n° 3-G, do Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de São José dos Pinhais.

Parágrafo Único - A área de que trata este artigo será destinada ao atendimento médico, odontológico, orientação aos Associados sobre documentação de pesca e atendimento básico aos associados aposentados e de prevenção à saúde.

Art. 2° - O imóvel objeto desta doação

fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, passando a fazer parte do patrimônio da referida Associação, devendo retornar ao patrimônio do Estado se sua destinação perecer.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA;

O projeto de lei que aqui submetemos a apreciação desta Casa de Leis e que tem por objetivo a doação de área de propriedade do Estado do Paraná à Associação "Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba", fundamenta-se na aspiração da vontade local, com o sentido de oferecer aos associados, por meio da presente medida, o melhoramento dos serviços prestados junto aos interessados.

Assim sendo, esperamos poder contar com o necessário apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 475-91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estendido a alunos de estabelecimentos particulares de ensino os direitos da lei 7102 de 15/01/79.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Lei 7102 de 15/01/79, tem por objetivo conceder segunda chamada de exames ou avaliações a alunos de estabelecimentos da rede estadual de ensino, nos casos especificados na Lei em apreço.

O presente plano de lei visa apenas estender esse benefício a alunos de estabelecimentos particulares de ensino.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados, minha saudação especial ao companheiro Pedro Tonelli, Deputado Federal.

Na tarde de ontem, desta tribuna, nós fizemos um alerta ao Governo do Estado sobre os possíveis desdobramentos da recente ocupação que ocorreu na Fazenda Ingá, no norte do Paraná. Quero fazer um apelo ao Governo do Estado, através da sua Liderança nesta Casa, no sentido de que não tomem essa ocupação como uma eventual afronta à posição do Governo do Estado que

disse que não irá mais tolerar no Paraná novas ocupações de terras. Em primeiro lugar cumpre aqui registrar um posicionamento que já é quase consensual na sociedade brasileira sobre a necessidade de implantação, através do Governo Federal, de uma reforma agrária que realmente venha a atender as necessidades sociais do nosso País. Atualmente esta posição já encontra defensores até entre muitos produtores do nosso País. Mais do que isto é importante lembrar que as pessoas que ocuparam a Fazenda Ingá são remanescentes daqueles que ocuparam a Fazenda Guaitacá, em Londrina, e que foram personagens de um dos mais dramáticos lances de violência que o nosso Estado assistiu. De um lado as forças policiais do Estado e do outro centenas de trabalhadores humildes, crianças e mulheres, cenas estas que o Paraná não quer mais assistir novamente. E na tarde de ontem eu dizia que a ocupação de Ingá tem que ser tratado como um caso específico no Estado do Paraná. Dizia que essa área é uma área extremamente rica, com terras férteis, e que se encontra em estado de abandono acerca de três anos. No momento em que o Paraná tem mais de duzentas mil famílias de trabalhadores rurais sem terra, no momento em que nós temos o privilégio de ter aquelas terras dentre as mais férteis do mundo, no momento em que este País precisa de produção, que este País precisa de justiça social, não se admite, em hipótese alguma, o abandono criminoso de áreas férteis que poderiam estar a serviço da produção, do bem comum, mas que estão servindo à especulação, estão sendo mantidas improdutivas de uma forma desidiosa e inconcebível.

Eu quero registrar aqui hoje desta tribuna que felizmente as informações que nós recebemos sobre a Fazenda Ingá acabaram de ser confirmadas. Os próprios prefeitos dos Municípios de Bela Vista do Paraíso e de Alvorada do Sul se posicionaram contrários ao despejo da Fazenda Ingá. Mais do que isso: eles não só confirmaram que essa área vem sendo deixada abandonada e improdutiva há mais de três anos, como também mencionam o fato de que procuraram os proprietários da área e tentaram negociar com eles a possibilidade de cessão dessas áreas para arrendamento de famílias de trabalhadores sem-terras, e que esses apelos não foram ouvidos e acatados pelos proprietários. Dizem ainda, em fase de cálculos, das estimativas de prejuízos na produção de feijão, de trigo, de milho, dos prejuízos aos próprios Municípios, e a partir daí hipotecaram integral solidariedade àqueles trabalhadores sem-terras.

Neste sentido queremos fazer um apelo à Liderança do Governo que faça gestões junto ao Instituto Nacional de Reforma

Agrária - o INCRA - no sentido de promover a realização de uma vistoria para confirmar as condições de improdutividade da área e encaminhar um posterior processo de desapropriação para fins de reforma agrária.

Eu quero, para finalizar, apenas registrar que as pessoas, as lideranças e as autoridades de Alvorada do Sul que estão contrárias a uma ação de despejo são inclusive proprietárias de terras, são fazendeiros, que estão se colocando em solidariedade e apoio à ocupação pelos sem-terras nesse caso.

Então, eu gostaria que o Governo do Estado não recebesse essa ocupação como uma afronta às posições do Governo, mas sim que tivesse sensibilidade social, que tivesse o seu senso de justiça apurada e promovesse esforços no sentido de fazer com que essa área seja destinada pelo órgão competente para fins de assentamento e reforma agrária.

Com isso, o Paraná irá se livrar de mais uma cena de violência contra o seu povo e, principalmente, irá buscar aquilo que é do interesse maior da sociedade brasileira, que é a Justiça Social e é a produção que nós tanto precisamos para o nosso País.

Era isso, Senhor Presidente, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na segunda, terça e quarta-feiras da semana que passou nós tivemos realizado aqui em Curitiba a 1.ª Conferência Estadual de Saúde do Estado do Paraná.

Essa conferência já foi organizada de uma maneira a limitar a participação dos trabalhadores e, principalmente, dos usuários do Sistema de Saúde. É uma conferência que já teve a sua manipulação no próprio critério de organização. Organizar uma conferência de saúde em pleno início da semana, segunda, terça e quarta, significa o afastamento de todos os trabalhadores que não fossem dispensados do seu serviço para vir representar a sua entidade como usuário.

Ainda esta Conferência foi organizada de maneira a limitar o máximo possível, porque só poderiam assisti-la quem tinha dinheiro para pagar as despesas de viagem e de alimentação.

A Secretaria Estadual de Saúde e o Governo Estadual não investiram nenhum centavo. Nem centavo financeiro, nem centavo político para que ocorresse essa conferência e que fosse a mais representativa pos-

Curitiba, terça, em 15.10.91

sível. Não bastasse a maneira como foi organizada, foi presidida pelo Senhor Secretário de Saúde Nizam Pereira Almeida e pelo Diretor Geral Dr. Mauro Daisson Otero Goulart. Estes dois cidadãos, presidindo a conferência, fizeram de tudo para que não acontecesse nada. Eles foram da impostura pessoal ao ridículo político. Passaram seus comportamentos pela arrogância chegando a níveis de imbecilidade a postura destes cidadãos. Não permitiram nenhum debate. Manipularam a condução da conferência o máximo possível, não permitindo que nenhuma das intervenções e propostas feitas conduzissem a algumas votações decentes e coerentes e que fosse decidida alguma política de saúde para o Estado do Paraná. Manipularam os trabalhos, manipularam a condução dos trabalhos de início ao fim, permitindo que somente fosse votado o que lhes agradasse ou o que não contrariasse a linha política da arrogância que tem tomado conta do atual Governo do Estado. Nós não acreditamos que estes dois cidadãos se comportaram daquela maneira como fato isolado, mas, sim, como orientação política da atual administração do Estado do Paraná.

Nizam Pereira Almeida e Mauro Goulart, se tinham algum respeito da comunidade paranaense da área de saúde perderam-no durante a Conferência Estadual de Saúde. Saíram de lá descontentes os trabalhadores da área da saúde, os usuários que lá estavam presentes, os prestadores públicos e o setor privado da referida área.

Podemos dizer que aquilo foi uma vergonha, foi um circo que montaram e que tentou fazer de todos os presentes palhaços ou então bonecos a serem manobrados. Chegou ao cúmulo, Dr. Mauro Goulart, presidindo a sessão, chamar um dos presentes para os tapas, ir para fora se a pessoa quisesse. Este foi o comportamento da mesa que presidiu a conferência, quando muitas questões tinham que ser debatidas na política da saúde.

A Rede Pública de Saúde do Estado encontra-se em péssimas condições. Não tem material de consumo para fazer com que funcione nenhum centro de saúde como deveria funcionar e nenhum hospital. Não tem medicamento necessário ao usuário. Não tem pessoal, pois o achatamento salarial é medonho, e a maioria desses servidores têm saído da Secretaria Estadual de Saúde e procurado emprego em outros setores da sociedade.

A Secretaria Estadual de Saúde que tem alguns profissionais, tem vários profissionais competentes, principalmente no Setor de Vigilância Sanitária, impede politicamente que estes funcionários exerçam tecnicamente a profissão. Intimida esses funcionários no exercício do trabalho por-

que não permitem que os mesmos façam fiscalização dos hospitais públicos ou privados em nosso Estado ou não permitem que sejam fiscalizados laboratórios e bancos de sangue, as farmácias, como devem ser fiscalizados. Temos denúncias, e recebemos em nosso gabinete, que em inúmeros hospitais atende-se mal a população paranaense. E, no entanto, isso não foi debatido na Conferência Estadual de Saúde, porque o Senhor Nisan Pereira Almeida e o Senhor Mauro Goulart, não permitiram. Hospitais públicos como o Vitor do Amaral - digo, Hospital Vitor do Amaral, que se encontra fechado, e não foi dito à opinião pública que aquele hospital necessariamente não precisaria estar fechado, mas necessariamente precisaria de uma reforma naquele berçário, porque lá viera a falecer duas ou três crianças e isso não foi informado à opinião pública.

O Hospital público como o de Mandirituba, onde se cobra para fazer parto e dispensa a parturiente porque ela não tem dinheiro e essa parturiente veio a ter o parto no Hospital Santa Brígida, porque eu me encontrava na cidade e a conduzi até aquele hospital.

Esse é o comportamento da política estadual de saúde que não permite o debate; os bancos de sangue conforme requerimento que fizemos ao Senhor Secretário, ele nos remeteu a resposta, estão contaminando pessoas por doenças de Chagas, Sífilis e Hepatite, isto está escrito pelo requerimento que o Senhor Secretário respondeu. Isso não foi debatido na Conferência Estadual de Saúde; não foi debatido porque não foi permitido pelo Senhor Secretário de Saúde.

No nosso Estado, nós temos 2.506 Instituições que trabalham com material radioativo e a Secretaria Estadual de Saúde tem 2 físicos para fazer a fiscalização. Isso também é oficial com resposta do Senhor Secretário.

E, no entanto, esses são os problemas que existem e os dois Senhores cidadãos daquela Secretaria, presidindo uma conferência, nada mais fazem do que chacota em cima dos que estavam presentes, do que a gozação dos que estavam presentes, do que ironia, esse foi o comportamento deles.

Eu estou falando com absoluta certeza, porque lá eu estive presente e constatei. E se alguns dos Senhores Deputados duvidarem, podem convocar todos que lá estavam presentes que a Secretaria de Saúde tenha o endereço, seja ele trabalhador, ou seja ele Presidente do Sindicato dos donos dos hospitais do Estado do Paraná, que a opinião será a mesma, a opinião será a de questionar o comportamento daqueles dois cidadãos.

A política de atendimento tem agredido

fundamentalmente os nossos usuários, os usuários do sistema de saúde. Não tem serviço público em qualidade e quantidade suficiente para atendê-lo, são jogados de uma ou outra clínica, de um ou outro hospital da nossa cidade, do nosso Estado, como indivíduos que não têm, que não são, no mínimo, respeitados como cidadãos.

A política de atendimento à saúde, é tão mau que não atende nem mesmo os trabalhadores do próprio serviço público estadual, tanto é que a ASPP acabou assinando convênio com a MEDIPAR, da qual nós questionamos muito, porque o papel da ASPP, seria lutar para que o serviço público de saúde, fosse decente e coerente.

Qual é a política de saúde do Senhor Governador do Estado? Diz ele nos seus discursos e na sua campanha, que é prioridade dele; saúde, educação e habitação. No Orçamento que está aqui nesta Casa para ser votado para o ano de 92, a estimativa de despesa é de 3,06%, alguém do que já foi gasto em outros anos em nosso Estado. Nós achamos que são problemas sérios que não devem ser tratados com a impostura que foi tratado, são problemas que necessitam ser resolvidos, e esses problemas tinham que ser debatidos naquela Conferência de Saúde e teriam que ser debatidos aqui nessa Assembleia Legislativa, por ocasião, quando foi votado nessa semana da qual eu estava ausente, por dois problemas fundamentais, que era problema de saúde na minha família e outro a questão desta Conferência. Que era debater o papel do Conselho Estadual de Saúde, dos quais, foi retirado da pauta sobre a promessa verbal e a palavra do Líder do PMDB, dizendo que ele iria procurar negociar junto com o Secretário de Saúde, o que eu posso dizer, que não dá para acreditar na palavra desse Líder, uma vez, que em nenhum momento ele procurou negociação ou marcou sequer uma reunião. Dá para se duvidar da palavra dele, como duvidamos dos dois, que lá estavam na presença de todo mundo, presidindo a Conferência Estadual de Saúde.

Fui procurado pelo Senhor Secretário de Saúde justamente para discutir projeto de lei que tramitava aqui. Disse o Senhor Secretário que no fundamental, em aproximadamente 90%, ele concordava com aquele Conselho que estava sendo proposto para ser votado nesta Assembleia. No entanto, ele propôs uma reunião com o Líder do Governo, com o Chefe da Casa Civil, para que fosse feito um substitutivo e aqui votado.

Comuniquei este fato ao Líder do Governo. E ele ignorou totalmente, como é verdade que tem ignorado o que é chamado de Oposição, aqui nesta Casa, porque tem a maioria absoluta e como maioria, ele acha que não há necessidade de discutir e resta unicamente a vontade de impor.

Eu, no que vi naquela conferência e no que eu tenho visto no Governo Requião e do comportamento do Líder do Governo, não acredito na atual Administração. Na Conferência foi impostura e a posição do ridículo, da brincadeira e da gozação. O Líder do Governo diz que retira projeto para ser negociado e discutido, e não há nenhuma reunião!

Acredito que ninguém tem palavra. Nem o Governo, nem ninguém o sustenta. Foi dito pelo Senhor Secretário que poderia ser aprovado a lei do Conselho, uma vez que há um crédito em bom setor do Governo, de que o decreto é inconstitucional. Nós tivemos oportunidade de corrigir este decreto. E, no entanto, aqueles que sustentam o Governo não quiseram.

Nós também queremos abordar um tema que poderia ser debatido na Conferência Estadual de Saúde: a questão dos recursos humanos. Do dia 1º de março a 30 de setembro, os trabalhadores da Fundação de Saúde Caetano Munhoz tiveram uma perda salarial de 145,87%. Isso, na Administração Roberto Requião. E de acordo com os índices do Na administração direta, a perda salarial foi de 166%.

Estão estes trabalhadores em greve. E todos os trabalhadores e a sociedade civil organizada, tivemos oportunidade para debater isso na Conferência Estadual de Saúde. Não foi feito porque no Governo não há interesse. Se não há interesse em discutir isso, significa que não há interesse na saúde da população, que hoje tem os hospitais fechando, os hospitais falindo e os centros de saúde fechando por falta de funcionários, que pedem a conta. E lá não foi discutido.

O plano de cargos e salários e o regime jurídico único, que já deveria ter sido discutido até abril do ano passado, de acordo com a Constituição Brasileira, não foi respeitado pelo Governador que saiu e não é respeitado pelo atual. E temos informações que há uma negociação, feita ontem, pelos trabalhadores, parados. E o Senhor Secretário da Casa Civil só vai discutir isso no próximo ano! Eles pensam que trabalhadores são palhaços e que vivem de esmola ou que vivem de vento, uma vez que não estão preocupados com a política de salários. Diz que política salarial também não terá. E não apresenta nenhuma proposta.

Fala-se em reajuste bimestral, mas não assina nada. Não assina nada porque isso é mentira. Tem medo de assinar e não cumprir, porque se fosse verdade, assinaria.

E, assim vai o Governo do Estado, tratando os seus servidores e tratando a política de saúde. Apagou-se a data base e diz que o servidor não tem mais. Apaga-se toda a discussão da Conferência, achando

que o povo esquece. Achando que quem necessita do sistema de saúde fechará os olhos e não protestará.

Nizan Pereira Almeida, Secretário de Saúde, Mauro Otero Goulart, felizmente expulso do Partido dos Trabalhadores, porque se não tivesse sido expulso anteriormente o seria após o comportamento que teve presidindo a Assembleia da Conferência Estadual de Saúde. Têm o veemente repúdio da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e tenho absoluta certeza que eles têm o veemente repúdio de todos que na Conferência estiveram.

Porque aquele comportamento de achar que a plenária é imbecil e com a postura que tiveram só nos resta lamentar que estes sejam os dirigentes da política de Saúde do Estado do Paraná. E lamentar também o líder do PMDB, Deputado Orlando Pessuti, que deu a palavra que teria negociação e não negociou nada e orientou a bancada a votar contrário à Lei do Conselho. O que significa que está faltando palavra ao Líder do Governo e ao Governo do Estado do Paraná.

Obrigado.

O Sr. Orlando Pessuti - (Pela Ordem) Senhor Presidente, apenas para que fique claro a este plenário e aqueles que comparecem à Assembleia Legislativa, no dia de hoje, que em nenhum momento nós faltamos com a nossa palavra com referência ao Projeto de autoria do Deputado Dr. Rosinha.

O que nós havíamos ajustado é que este Projeto deveria ser votado, posteriormente à uma reunião que seria realizada com o Secretário, Dr. Nizan, o que não aconteceu, e que também nós deveríamos aguardar a Conferência Estadual de Saúde, para colher dela subsídios que poderiam enriquecer o Projeto de Lei. Como o Projeto de Lei veio à Votação sem que a reunião tivesse acontecido e também antes do término da Conferência, nós entendemos que quem não estava cumprindo com a palavra não era essa Liderança, mas aqueles que tinham interesse direto no Projeto na condição do autor.

Por essa razão é que votamos contrário ao Projeto de Lei.

O Sr. Dr. Rosinha - (Pela Ordem) Senhor Presidente, primeiro eu quero justificar a ausência, a pedido, do Deputado Paulo Maia, pois está com um problema muito sério de saúde na sua família, com um parente, me parece que a esposa, internada bastante doente.

Quanto ao que eu disse da Tribuna eu reafirmo tudo! Porque o Deputado Orlando Pessuti se negou marcar a reunião, deu a palavra e não cumpriu. E o Secretário de Saúde do Estado também.

E estão registrados nos anais desta Casa tudo que disse o Deputado Orlando Pessuti ao retirar da Ordem do Dia o nosso Projeto.

E reafirmo, tanto o Deputado como as lideranças da Secretaria Estadual de Saúde dão a palavra e não cumprem!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

PT com a palavra. Concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dia 11, na última 6.^a feira, partiram da cidade de Irati, em caminhada até Curitiba um grupo de agricultores, trazendo as suas bandeiras de reivindicação do movimento SOS Vida, que aqui já nos pronunciámos na semana passada, sobre as reivindicações desse momento que está ocorrendo no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Aproximadamente uma centena de lavradores assentados nas áreas desapropriadas e ameaçados de despejo, pequenos lavradores ameaçados de despejo pela política agrícola do atual Governo que vem descapitalizando e jogando os pequenos lavradores nas favelas - nesses últimos anos, moradores da cidade de Curitiba e de outras regiões jogados às favelas pelo sistema que vive implantando no nosso país, estão fazendo esta caminhada reivindicando 3 grandes bandeiras de luta e por isso o nome do momento: SOS VIDA; terra, crédito e moradia.

Sabemos do descaso com que vem se dando por parte do Governo Federal ao problema da terra em nosso país. O nosso Estado vem se tornando um campo de batalha, um barril de pólvora na questão dos conflitos de terras, nas ocupações de terras, isto gerando a insegurança de lavradores que já estão assentados há 4 ou 5 anos, com suas propriedades instaladas nas áreas desapropriadas e, por descaso e propositalmente o Governo Collor vem jogando o tema - reforma agrária - e vem jogando no lixo esta necessidade da classe trabalhadora rural brasileira. Tanto é que no nosso Estado mais de 40 áreas de terras estão sub-judice e estão sob pedido de intervenção da justiça, pedidos de despejo e as famílias estão ameaçadas após já estarem há 4 ou 5 anos em cima de suas áreas desapropriadas. Por que o atual governo jogou, de lado, as desapropriações, não emitindo os pagamentos da dívida agrária aos proprietários nas desapropriações de área.

Os pequenos lavradores vêm sendo massacrados pela política agrícola e sendo obrigados a abandonar o campo. Estamos vendo um dos maiores êxodos rurais do nos-

so Estado a partir desses últimos dois anos, com este governo, pelo desincentivo, pela falta de política agrícola clara, pela falta de que o governo tenha um programa de agricultura para os pequenos lavradores. Há necessidade de uma política agrícola diferenciada para os pequenos produtores, ouvimos isso da boca do Diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil, naquela tribuna, durante a semana passada. Ouvimos também a confirmação do Dr. Fayet que, 90% dos proprietários que são os pequenos proprietários de até 50 hectares de terra em nosso país, que são os que produzem alimentos para a mesa do povo brasileiro, recebem, apenas, 1/3 do crédito rural que o governo destina à agricultura. Enquanto que, 10% de proprietários, de grandes e médios proprietários, se apropriam de 70% dos créditos destinados à agricultura. Por isto o nosso governo tem que importar arroz, feijão, alimentos da cesta básica para o povo brasileiro se alimentar.

É uma vergonha um país do tamanho do nosso, um país que tem as terras mais férteis praticamente do mundo para produzir alimento, ter que importar arroz e feijão que é o alimento básico da nossa população. Pelo descaso que o governo tem com o pequeno produtor que é aquele que produz, realmente, estes alimentos básicos para a mesa do povo brasileiro. E hoje, esses lavradores que se dispõem, saírem em caminhada a pé, de Irati até Curitiba, fazendo 150 Km, enfrentando a dureza do sol quente, no asfalto caloroso para chamar a atenção das autoridades sobre estes 3 grandes problemas e, principalmente, os problemas da terra e da agricultura. Lavradores com calos nos pés, como tive a oportunidade de ver quando caminhei com eles parte do tempo, desesperançados por esta política agrícola que, apesar de não destinar os recursos para a pequena propriedade, aqueles que destina, o próprio lavrador tem medo de chegar ao banco, porque já foi expropriado pelo banco, pelos planos econômicos que lhe roubou o suor com as correções monetárias exageradas ocorridas há pouco tempo atrás. Hoje tem medo de chegar até o banco para fazer sua propriedade produzir e viabilizar.

Por isto as reivindicações destes trabalhadores são de que o Governo crie, como cria fundos de incentivo para os usineiros, para o Bamerindus, para a Sadia e para outros tantos grupos econômicos nacionais e até internacionais, como se criam programas especiais para implementar indústrias, para implementar agroindústrias, que se crie um plano especial de recursos para viabilizar e manter o pequeno lavrador no campo e assim ele não precise engrossar as fileiras dos favelados nas ci-

dades, as ocupações urbanas como ocorre aqui em Curitiba. São mais de 40 mil famílias acampadas, invadindo áreas urbanas, porque foram expulsos do campo, porque a política agrícola, econômica e social deste País, deste sistema explorador, é para sugar o suor de quem trabalha neste País.

Por isto os lavradores se dispõem a fazer um sacrifício e vão chegar amanhã de manhã em Curitiba, acampando numa praça do centro da cidade, para que enquanto o Papa João Paulo II esteja discursando depois de amanhã em Florianópolis, reclamando do que já disse há dez anos, que sem reforma agrária não haverá justiça neste País, os lavradores querem chamar a atenção das autoridades. Estarão três dias acampados aqui no centro da capital para fazer com que o Governo abra o olho, para fazer com que o Governo e as autoridades se sensibilizem para os problemas, para a miséria que vem aumentando neste País, para o êxodo rural que vem aumentando neste País, para a diminuição da produção de alimentos da cesta básica em que o nosso povo está sujeito. Já está passando fome há muito tempo pelo descaso das autoridades com aquilo que é essencial, a terra, que é a produção de alimentos neste País.

Era isto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Joberandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mario Bezerra, com apoio do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia. Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 358/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 73/91, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administra-

Curitiba, terça, em 15.10.91

ção Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme anexo I desta Lei. Com pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade.

(Public. do D.A. nº 100, de 20/08/91, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 358/91

PARECER:

Através da Mensagem nº 73/91, o Senhor Governador do Estado propõe a aprovação de um crédito suplementar no valor de Dois Bilhões de Cruzeiros, ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - recursos sob supervisão da SEFA, aprovado pela Lei nº 9494/90, ficando cancelada igual importância, do orçamento geral do Estado, recursos sob a supervisão da SEPL.

Na oportunidade, é de se esclarecer que os recursos suplementares serão destinados ao atendimento de precatórios requisitórios alimentares e não alimentares.

Sob os aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa o projeto não merece qualquer reparo.

Assim, somos de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 358/91

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 73/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, aprovado pela Lei Estadual nº 9494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça que por seu Relator, ofereceu Parecer, FAVORÁVEL.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.91

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 358/91

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 73/91, o presente projeto de lei, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$

2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

O plano de lei atende às disposições legais orçamentárias que regem a matéria, bem como o art. 135, V da Constituição Estadual, ao indicar como recurso para cobertura do respectivo crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotações da Administração Geral do Estado - Recurso sob supervisão da SEPL, na rubrica 4130, fonte 00, que caracteriza, nos termos da Resolução n° 222 da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral - "Investimentos em regime de execução especial".

Posto isto, somos de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.08.91

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HEINZ HERWIG - Relator.

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra para encaminhar.

O SR. ERNANI PUDELL - Apenas queria registrar a minha decepção em ver que, através desta mensagem do Poder Executivo, temos praticamente soterradas as esperanças de construção da Ferrovia da Soja, mais conhecida como a Ferroeste. O lançamento e o início da construção desta ferrovia deu-se às vésperas do segundo turno das eleições para Governador do Estado do Paraná. Foi o grande carro-chefe da campanha do PMDB na região Oeste do Paraná, se apregoando nos cantos daquela região que finalmente o Oeste do Paraná teria assegurado a construção desta ferrovia que é um sonho acalentado já há séculos por aquela população. Uma ferrovia que a sua construção depende a viabilidade econômica dos produtos mais importantes que constam da pauta de exportação da região Oeste do Paraná. A Construção desta Ferrovia foi amplamente divulgada e teria como seu principal condutor o nosso vice-Governador do Estado do Paraná, por sinal político do município onde resido. Lá o Governador Roberto Requião teve uma votação expressiva às custas inclusive deste projeto que hoje nós vemos que se tornou uma grande falácia, uma grande mentira. Sobre esse projeto já pesam duras e graves acusações de concorrências manipuladas, dirigidas que a imprensa noticiou com documentação farta. O projeto que o próprio Governo do Estado do Paraná acabou por cancelar todos os procedimentos licitatórios e administrativos sob o argumento de que se transforma-

ria numa enorme transferência de recursos público para os interesses da iniciativa privada, que construiria a rodovia às custas do dinheiro público mas que teria o poder de explorar as atividades ferroviárias mediante pagamento em vinte anos com juros subsidiados pelas obras e pelos equipamentos que fossem abordados na construção desse projeto.

Eu como cascavelence que lamentar aqui o papel em que está sendo submetido o vice-Governador do Estado do Paraná, pelo orçamento do Estado que foi apresentado nesta Casa, agora, por este golpe de misericórdia do Projeto Ferroeste, eu não posso deixar de concluir que hoje infelizmente o nosso vice-Governador não passa de uma Rainha da Inglaterra. Acredito que, como cascavelence, que o mínimo de dignidade a este homem público deveria restar, e essa dignidade que lhe restasse deveria pelo menos ser o impulso que faria com que o nosso vice-Governador assinasse a sua carta de demissão da Secretaria dos Transportes. Cascavel não quis eleger uma Rainha da Inglaterra, ou pelo menos não foi esse o discurso com o qual se pescaram, se buscaram os votos no nosso município.

Então quero registrar aqui para que a história mantenha esse registro da comprovação de mais uma falácia praticada contra o povo do Oeste do Paraná com relação à construção da Ferrovia do Soja que hoje através dessa mensagem do Governo essa simplesmente, no nosso entendimento, deixa de existir.

Eu só espero, no respeito à população do Oeste do Paraná que às vésperas da próxima eleição novamente não se arme aquele circo que se armou no município de Guaraçuva gastando milhões de cruzeiros inclusive com a mídia para anunciar a construção de uma ferrovia que é uma grande mentira para todos nós. Eu só espero que pelo menos tenham o respeito de não enganar mais uma vez a população do Oeste do Paraná. Espero que tenha restado o mínimo de dignidade ao atual vice-Governador do Estado.

Era isso, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 052/91, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que revoga a Resolução n° 52 de 30 de agosto de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 046/91, de autoria do Deputado Nilton Bar-

bosa, que autoriza a realização de plebiscito no município de Encantado do Oeste, com território desmembrado do município de Assis Chateaubriand, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas adiante especificadas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão a votação por 03 (três) sessões do Projeto de Resolução nº 046/91. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão e votação por 03 (três) sessões do Projeto de Resolução nº 046/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/91, que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao município de Itambaracá, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 60/91, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Xambrê, as datas de terrenos nºs 13, 14, 15, 16 e 17, da quadra nº 24, adquiridos pelo Estado do Paraná por doação do referido município, conforme transcrição sob nº 1866, do Livro 3-B do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xambrê. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/91, de autoria do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, que torna obrigatória a inclusão do Tipo Sanguíneo e fator RH nas Carteiras de Identidade e de Habilitação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.S.P.. EMENDAS DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Emendas. Aprovadas. Projeto. Aprovado.

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/91, de autoria do Deputado Nelson Garcia, fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Mariluz, o imóvel de 8.100 m² de área, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.

Sobre o referida projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 321/91. Não recebido pela Mesa.

Curitiba, terça, em 15.10.91

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu requero verificação de votação, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu requero a verificação de votação e esclareço o porquê de estarmos votando pela rejeição do projeto. O Deputado Nelson Garcia, autor do projeto, pede o arquivamento do mesmo tendo em vista que lei de igual teor fora aprovado em anos anteriores autorizando a doação desse terreno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência requereu a verificação de votação?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu requero verificação de votação.

Nós estamos votando pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 20 (vinte) Srs. Deputados rejeitam. Os Srs. Deputados que aprovam levantem-se, façam o favor. 16 (Dezesseis). Rejeitado o projeto.

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/91, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Pato Branco, os imóveis que específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. COM EMENDA DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/91, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que dá nova redação a letra "d", do artigo 1º, da Lei nº 9.577 de 14 de março de 1991. (I.P.E.). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, nós votaremos a favor do projeto do Deputado Antônio Annibelli, até porque já conversamos com o autor a respeito desta matéria no dia de ontem, e temos de parte do Deputado Antônio Annibelli o compromisso de que este projeto será retirado amanhã da Ordem do Dia.

A razão de estarmos votando a favor do projeto, solicitando a sua retirada da Ordem do Dia, prende-se ao fato, e a maioria dos Senhores Parlamentares aqui já tiveram a oportunidade de participar de mais de uma reunião, de que o Governo do Estado, através do IPE, da Secretaria da Administração, da Procuradoria Geral do Estado e outros segmentos do Poder Executivo Esta-

dual, está trabalhando na elaboração da criação de um fundo de previdência estadual onde toda esta intenção que consta do projeto de autoria do Deputado Antônio Annibelli estará, evidentemente, contemplada neste projeto. Conversamos com o Deputado no dia de ontem para que esta ideia, esta sua tese pudesse figurar no projeto Mensagem de Sua Excelência o Governador, que virá a Assembleia, na forma de uma emenda no futuro. Então, por esta razão nós estamos votando a favor no dia de hoje e, pelo que ajustamos com o Deputado Antônio Annibelli, o projeto será retirado da Ordem do Dia amanhã porque estamos pretendendo, através de mensagem do Governador, estabelecer uma reformulação bastante ampla no sistema previdenciário do Estado.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, concordamos com o Deputado Orlando Pessuti para que a matéria não fosse retirada no dia de ontem e fosse aprovada em primeira votação porque o Poder Legislativo tem a obrigação e cada um dos Senhores Parlamentares a responsabilidade de legislar em assuntos que há interesse da comunidade paranaense.

No caso do IPE nós temos nos batidos durante tantos anos, mesmo na elaboração da Constituição Estadual, e temos tido a iniciativa de tornar melhor o atendimento daquele instituto, que vem trabalhando não muito bem, no nosso ponto de vista, e queremos que o Governo, nessa concordância como autor do projeto não deixe muito tempo, nobre Líder Orlando Pessuti, porque senão passa o mês de outubro, o mês de novembro, entramos em recesso e nós ficamos apenas no estudo, porque nós temos um veto do Governador para ser apreciado, também ficou fora da Ordem do Dia para que o Governo tomasse a iniciativa para acabar com aqueles débitos que o Estado tem para com o IPE.

Então, nós aguardamos, de acordo com o entendimento com Vossa Excelência, mas encarecemos de Vossa Excelência que o governo agilize o envio dessa mensagem para que nós possamos trabalhar em favor dos nossos funcionários do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A mesa ouviu do Senhor Deputado Orlando Pessuti que o projeto será retirado da Ordem do dia de amanhã?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, nós estamos hoje votando o projeto em 1ª. Discussão, nós vamos votar a favor, a nossa bancada e pretendemos que a Assembleia por um todo assim o proceda e temos um entendimento com o Deputado Antônio Annibelli de que no dia de amanhã ele apre-

sentará requerimento solicitando a retirada do projeto e tendo em vista que o Poder Executivo Estadual e Vossa Excelência é testemunha, tendo em vista que participou de duas reuniões de que o governo do Estado está procedendo um amplo estudo de reformulação do sistema previdenciário do Estado onde os interesses explicitados no projeto do Deputado Antônio Annibelli estarão contemplados e se não estiverem poderão ser contemplados através de emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Segundo o Conselheiro Acácio por economia processual nós não podemos retirar hoje o projeto, após a votação?

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, é que para não economizarmos tanto eu acho que nós nos adiantaremos, nós estaremos economizando uma votação no futuro caso o teor deste projeto esteja imbutido no projeto do Governo.

Vamos dar um voto de crédito ao governo e a sua equipe, para ver se atende os nossos funcionários do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a votação a mesa fará não constar da Ordem do Dia de amanhã o projeto por economia processual legislativa.

Aprovado.

Retirado da Ordem do Dia até que o autor decida como retornar.

EM VOTAÇÃO

1ª. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que proíbe a distribuição, comercialização e a utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado o metanol (álcool metílico). Com pareceres favoráveis da C.C.J., C.E.M.A., C.S.P. e C.O.P.T.C. Com EMENDA DA C.E.M.A., por unanimidade. Em votação:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto nº 158/91.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, a Constituição Federal no artigo 22 inciso 4º determina a competência privativa da união para legislar sobre energia, gênero esse que compreende quaisquer recursos energéticos.

Assim sendo, não pode o Estado tratar de assunto que foge à sua competência legislativa, ainda que sob a desculpa de estar cuidando do meio ambiente.

Além disso há que se considerar que o artigo 70 - Constituição do Estado determina que a matéria constante do projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria ab-

solução dos Deputados.

Ocorre que o autor do presente projeto já o apresentou na legislatura passada, sendo que o veto apostado à matéria somente foi apreciado no mês de abril deste ano o que configura sua rejeição em sentido amplo na atual sessão legislativa, sendo que sua apresentação deveria vir apoiada por 28 Deputados, por essas razões, Senhor Presidente, tendo em vista que este projeto já fora objeto de discussão nesta Casa no mês de abril, tendo sido rejeitado, não se permitindo o retorno da mesma matéria, na mesma sessão legislativa sem que isso parta da iniciativa de 28 Senhores Deputados e tendo em vista as disposições constitucionais que diz que sobre energia a competência não é nossa, nós votaremos contrariamente ao Projeto de Lei nº 158, item 2 da pauta de autoria do Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre o referido projeto, requerimento de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente, solicitando adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 158/91. Aprovado.

A Mesa deixa de receber o requerimento porque o projeto encontra-se na fase de votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu respeitosamente quero recorrer da decisão de Vossa Excelência, e acostumado a atitudes liberais da Mesa, eu solicito que V.Exa. reconsidere, visto que o autor do projeto está no exercício da Prefeitura de Curitiba e impedindo legalmente de estar aqui para discutir e encaminhar a votação das referidas matérias. Portanto, eu requeiro de V.Exa. que por liberalidade retire o presente projeto até o retorno a esta Casa do nobre Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Por liberalidade eu concedo a V.Exa. o direito de requerer que seja ouvido o Plenário. A decisão da Mesa vai ser ou não apoiada pelo Plenário.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem) - Eu recorro à Bancada do PMDB nesta Casa para, até com respeito ao nosso colega ausente, para que aprove a retirada da Ordem do Dia das duas matérias pendentes.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Não diz respeito a prestigiar ou deixar de prestigiar um Parlamentar que está investido na alta função do principal mandatário de Curitiba. Diz respeito apenas nós

obedecermos o que diz, o que estabelece o Regimento da Casa e o que determina a Constituição Federal. Nós não poderemos sob qualquer pretexto insurgirmos contra o que estabelece o Regimento que é a não retirada de um projeto que já fora retirado ou principalmente se em regime de votação e principalmente em se tratando de um projeto que não poderia, inclusive, estar tramitando na Casa, dado que já fora rejeitado na atual Legislatura. Por esta razão é que nós tendo, mesmo tendo toda a simpatia e respeito pelo Deputado Algaci Túlio pela função que desempenha, em nome deste Legislativo e do povo curitibano, mas nós não poderemos desrespeitar o que diz o Regimento, o diz a Constituição, porque desta forma nós não estaríamos prestigiando Parlamentar e político nenhum ao desrespeitar a Constituição.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Decisão da Mesa em votação pelo Plenário. Os senhores Deputados que aprovam a decisão da Mesa de não receber o requerimento de autoria da nobre Deputada Emília Belinati, conservem-se como estão. (Pausa).

Dezenove Senhores Deputados não apóiam a decisão da Mesa. Os Senhores Deputados que apóiam a decisão da Mesa queiram levantar-se. (Pausa). A Mesa anuncia, o Secretário anuncia dezenove a dezenove.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem) - Nós fizemos a contagem aqui, vários Deputados, nós somos em vinte nesta Casa. Portanto eu requeiro novamente a recontagem.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Vamos proceder, com a permissão do 1º Secretário, à recontagem. Os Senhores Deputados que apóiam a decisão da Mesa queiram levantar-se (Pausa).

Vinte. Os senhores Deputados que não apoiam a decisão da Mesa (Pausa).

Vinte a vinte. Em dúvida, pró-réu, decidido pelo recebimento do requerimento. Em votação o requerimento. (Pausa). Vinte. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. (Pausa).

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Eu requeiro chamada nominal para que posamos... (Vozes paralelas)

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós estamos em fase de votação...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Chamada nominal...

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, por favor...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Chama da nominal extemporânea.

Vinte a vinte. Decido pelo voto.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Eu requeiro nova verificação de votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, eu solicito que V.Exa. anuncie o seu voto.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - "Pró réu". Aprovado o requerimento.
Os Srs. Deputados que aprovam o projeto.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, o projeto foi retirado da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Procede. O Projeto foi retirado da Ordem do Dia.

VOTAÇÃO EM

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 120/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que autoriza o Poder Executivo e doar à Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, área conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. Emenda da C.C.J. por Unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria da Sra. Deputada Emília Belinati, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 120/91. Rejeitado.

A Mesa deixa de receber o requerimento porque infringe dispositivo regimental. Retirados.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu requeiro verificação de votação com chamada nominal para deliberar sobre esse novo assunto.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Está retirado o requerimento, mas já que V.Exa. quer chamada nominal, vamos proceder à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quarenta e um (41) Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Pelos mesmos motivos antes expostos eu quero recorrer da decisão de V.Exa. para que acatem o requerimento da nobre Deputada Emília Belinati.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou sub-

meter a Plenário.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento da Deputada Emília Belinati não receber o requerimento, conservem-se como estão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela Ordem, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os que concordam com a decisão da Mesa de não receber o requerimento, conservem-se como estão.

Rejeitada a decisão da Mesa.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão.

APROVADO.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, queiram levantar-se.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) - O projeto é que está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, o requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito de V.Exa., dado o que aconteceu, acredito que a maioria não entendeu como V.Exa. está comandando a votação neste instante.

Solicito que V.Exa. esclareça ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação o requerimento retirando da Ordem do Dia por 10 sessões.

Os Senhores Deputados que aprovam - está em processo de verificação - o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte (20) aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e um (21) rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

Está em votação o Projeto.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, não estamos aqui discutindo a questão do mérito do projeto do Deputado Algaci Túlio. Mas no caso específico do Projeto 120 que propõe a doação de áreas de terras a Santa Casa de Misericórdia, além de toda uma justificativa do Poder Executivo de estar fazendo um amplo levantamento de seus bens imóveis para posteriormente determinar a sua utiliza-

ção, sobre a área de terra que pretende-se doar a Santa Casa, ainda que pese a intenção do autor, a relevância dos objetivos propostos, a iniciativa não deve prosperar porque existe uma ação judicial sobre a mesma. E por esta razão somos contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - É o Projeto nº 120/91?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o 120/91.
3 Deputados aprovam o projeto;
21 Deputados rejeitam. Não há quórum para votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós estamos em 29 Deputados em Plenário. Eu requeiro de V.Exa. chamada nominal, para que possamos proceder a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então vai se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

Solicito do Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 29 (vinte e nove) dos Senhores Deputados responderam à chamada nominal. Há "quorum" para votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei 120/91, queiram levantar-se. REJEITADO.

Sobre a mesa,

Requerimento de nº 2714, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2690, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2622 a 2627 e 2629, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2712, de autoria do Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2685, de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legisla-

tiva.

O requerimento está prejudicado.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Solicito esclarecimento da Mesa do porquê do requerimento estar prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Realmente, V. Exa. tem razão. Eu estava confundindo. O requerimento era para o dia 16, que requer a destinação da parte da Sessão Ordinária de 16 de outubro, para comemoração dos 500 anos do descobrimento da América Latina. Requer o Horário do Pequeno Expediente e do Grande Expediente e Horário das Lideranças, para projeção do filme Ameríndia e pronunciamento da Presidência da Casa. Digo, da ACASLA. Este requerimento será aprovado. Mas, após a sessão. A projeção e a fala do Presidente da ACASLA, segundo tradição que vem mantendo esta Casa.

Deputados que aprovam, conservem-se como estão. APROVADO.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem): Senhor Presidente, solicito de V. Exa. um novo esclarecimento, uma vez que nós já aprovamos requerimentos com este mesmo teor, para outros atos, durante o Pequeno Expediente, usando esta parte da Sessão, o que não prejudica a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No caso é a apresentação de um filme, a fala do Presidente da ACASLA. E eu entendo, segundo a tradição desta Casa, que é após a Sessão Ordinária.

V. Exa. poderá recorrer da decisão da mesa.

O DR. ROSINHA: Então, recorreremos, sem prejudicar a decisão da Presidência da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sem prejuízo da decisão da Mesa, os Deputados que aprovam a decisão da mesa, queiram conservar-se como estão. APROVADO.

Após a sessão será destinado horário para a apresentação do filme e a fala do Presidente da ACASLA.

Requerimento de nº 2716, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2684, 2686, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2688, de autoria do Senhor Deputado Toti Colago, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2689, de autoria do

Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2683, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2694, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2695, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.).

Requerimento de n° 2696, de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, quero registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente registrado.

Requerimento de n° 2699, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2698 e 2700, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2701, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos de n°s 2703, 2704, 2705, 2706, 2707 e 2708, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2710, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.).

Requerimento de n° 2711, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na

forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2679, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, há alguns dias estávamos para votar o projeto dos "royalties" e, por solicitação do Senhor Líder Orlando Pessuti, foi retirado da Ordem do Dia por 5 ou 10 sessões. De qualquer sorte, já se passaram mais de 10 sessões.

Portanto, solicito a Vossa Excelência que, se possível, coloque na Ordem do Dia o Projeto n° 077, que trata dos "royalties".

O SR. ORLANDO PESSUTI - O requerimento foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi aprovado. Cabe o recurso da verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Então, requiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

Os que aprovam, queiram levantar-se. Oito.

Os que rejeitam, queiram levantar-se. Vinte e um.

Oito aprovam e vinte e um rejeitam. Rejeitado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queremos registrar o voto favorável da Bancada do PT ao requerimento do Deputado Algaci Túlio, e ao mesmo tempo - já que fomos criticados há poucos instantes, por termos votado contrariamente num projeto do Deputado Algaci Túlio - registramos também que, a Bancada do PDP, agora há pouco também questionou, com exceção do Deputado Albino Corazza, que está ausente do Plenário.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para registrar voto de congratulações aos professores do Estado do Paraná, tendo em vista que hoje, 15 de outubro, transcorre a data em que se comemora tal evento.

E queríamos - neste momento em que manifestamos a nossa congratulação, fazê-la não só em nosso nome particular, mas em nome de todos aqueles que integram este Poder Legislativo - dizer que nesse sentido, estamos remetendo correspondência a Sua Excelência o Professor Isaías Ogliari - Presidente da Associação Paranaense de Professores - para que, através dele, pos-

samos render a nossa homenagem a todos aqueles que integram esta importante categoria profissional dentro do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembleia acabou de aprovar um requerimento do Deputado Nelson Garcia neste sentido.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, da mesma maneira, queremos registrar os votos de congratulações da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e dizer que pena que a Bancada do PMDB somente faz voto de congratulações, e os professores e os servidores públicos não vivem de votos de congratulações, vivem de salário e de condições de trabalho digna.

E ambos, tanto salário digno como condições de trabalho, está faltando a esses servidores públicos estaduais.

Queremos dizer que não só parabenizamos os professores por isso, mas nos colocamos, como trabalhadores, ao lado desses professores na luta para conquistar o salário digno e também estamos ao lado desses servidores.

Pena que o Líder do PMDB somente lembrou do dia para poder, talvez, achatar ainda mais o salário - que é o que o Governo do Estado vem fazendo - quando não, mandar bater, como fez o ex-Governador Álvaro Dias, no dia 30 de agosto, há 3 anos atrás.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero justificar aqui o nosso voto favorável ao requerimento do Deputado Duílio Genari, com relação ao nosso Projeto de Resolução nº 46/91.

Esse projeto, que autoriza a realização de plebiscito de Encantado do Oeste, foi retirado por 3 sessões, num requerimento do Deputado Duílio Genari, com a nossa concordância. Isso porque, as lideranças do Distrito de Encantado - que se você parar, com certeza, no município de Assis Chateaubriand - estão neste final de semana novamente reunidos e irão discutir as divisas, inclusive de um distrito que pertencerá ao município de Encantado do Oeste.

Razão pela qual nós votamos favoravelmente ao requerimento do Deputado Duílio Genari, deixando aqui registrado, que na terça-feira que vem, gostaríamos de ver novamente, na pauta da sessão, para que pudessemos terminar a sua votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Apenas quero re-

Curitiba, terça, em 15.10.91

gistrar os nossos profundos agradecimentos aos Deputados pela votação do nosso projeto, que hoje recebeu a terceira votação, o projeto nº 124/91, que entendemos ser pioneiro no Brasil. Está o Paraná avançando com este modelo.

Agradeço a todos os Deputados e principalmente à Mesa Executiva.

Muito obrigado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Aquele requerimento nosso a respeito da comemoração dos quinhentos anos da América, que foi aprovado, gostaríamos que a Mesa Executiva liberasse o plenarinho, uma vez que não foi aprovado durante o expediente, para que lá fosse exibido o filme sobre os quinhentos anos da América Latina e aqui ficasse somente a exposição do Presidente da Casa Latino-Americana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liberado o plenarinho.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - Senhor Presidente, gostaria de registrar o meu voto contrário a este requerimento de congratulações ao Título de Cidadão Honorário ao Prefeito de Foz do Iguaçu e Umuarama.

Não merecia, porque em Foz do Iguaçu ele não pode aparecer em público porque é vaiado. Ficamos sabendo - quero deixar registrado - que existe maracutaia. Os Vereadores que deram este Título em Umuarama, foi por troca de favores. Inclusive, nem os Deputados de Umuarama, nem o Prefeito, participaram deste Título, que foi um verdadeiro fiasco.

Lamento que a Bancada do Governo não percebeu, porque se tivesse percebido, também não votaria, não aprovaria este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado o voto de Vossa Excelência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 294/91 e 358/91

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 447/91, 448/91, 452/91, 454/91 e 455/91.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DALTON MACHUCA, EM SESSÃO DO DIA 15 DE OUTUBRO DE 1991.

"HÁ UMA NOVA FORÇA NA CIDADE"

Adail Inglês

Hoje, é um dia importante para Ponta Grossa. Há muitas posses de muitas diretores de muitas Associações. Entretanto, a posse de hoje da nova Diretoria do Conselho Comunitário de Segurança, é um marco na vida da cidade, porque representa o despertar da comunidade para o desafio da Segurança Pública. É um movimento fantástico que desperta, com a determinação da coragem de enfrentar uma questão, que parecia sem solução.

Há, é verdade, um desafio muito grande, pela frente, porque interesses estão sendo contrariados. Porém, esse desafio é que está apaixonando a vida da nossa comunidade. O caminho não parece fácil, até porque existe uma estrutura toda viciada, inerte, paquidêmica. E o novo conselho se dispõe a resgatar a harmonia da Segurança Pública com a comunidade. Nada mais relevante, para demonstrar o poder da mobilização da comunidade, quando ela é despertada para uma missão, que a provoca. E a Segurança Pública, neste exato momento, virou uma provocação, que fez surgir um grupo de líderes, de nosso meio, disposto a chamar a si a responsabilidade pelo comando da busca de uma solução, que restabeleça o sossego da população, devolvendo dignidade às instituições que integram o Sistema de Segurança Pública.

Para esse grupo de homens, é indispensável o apoio irrestrito da sociedade, porque o programa de trabalho, já definido, é o que de melhor poderia consultar os interesses da população, na medida que é uma proposta que dá sentido verdadeiro ao Conselho Comunitário de Segurança. Esse conselho não existe, apenas, para assegurar condições de trabalho à Polícia, seja Civil, seja Militar. A sua principal atribuição é agasalhar os interesses da coletividade na ação da Segurança Pública, estabelecendo parceria de co-responsabilidade com os órgãos que integram o conjunto da força policial. O conselho deve ajudar, sim, mas deve cobrar reciprocidade de eficiência, de competência, de austeridade. O conselho deve fazer, exatamente, o que está fazendo este novo conselho, cuja diretoria está sendo empossada no dia de hoje. Nada há a se sugerir à proposta de trabalho dessa nova diretoria. O que há, isto sim, é o dever da comunidade de ga-

rantir o apoio indispensável para que a determinação desses novos integrantes do conselho possa resultar em benefícios para a cidade, no alcance do ousado objetivo de se construir aqui, o melhor sistema de Segurança Pública do Estado. E isso será possível porque há uma vontade política, posta a serviço desta causa.

Com absoluta certeza, é essa proposta audaciosa que está trazendo à Ponta Grossa, nesta noite, o Governador Roberto Requião, acompanhado do Secretário de Segurança Pública, do comandante da Polícia Militar e do Delegado Geral da Polícia Civil. É uma demonstração de apoio da sabida significação, que pode ser traduzida, inclusive, numa espécie de homenagem do próprio Governador do Estado ao poder de mobilização da comunidade, em torno do problema da Segurança Pública, fazendo a parte que lhe compete, na participação desejada para se construir uma sociedade mais solidária, onde todos possam, ao menos, viver bem. Sim, apenas viver bem.

Isso tudo, entretanto, não foi obra do acaso. É claro que é fruto de todo um processo de provocação, em todos os sentidos. Provocação que chegou à Associação Comercial e Industrial e que fez o seu presidente, o empresário Alcy Marochi, a buscar um nome que fosse capaz de comandar uma contra-ofensiva à essa provocação, que se fazia. Foi aí que surgiu o nome do empresário Douglas Fanchin Taques Fonseca, que, a rigor, começou a trabalhar, no dia seguinte ao de sua eleição. Na verdade, começou a mudar o perfil da Segurança Pública, valendo-se da autoridade do cargo e de sua representatividade pessoal, no relacionamento que mantém com a representação política da cidade e, de modo especial, com o Governador do Estado. Basta, pelo exemplo que estamos vivendo, que tenhamos as pessoas certas, nos lugares onde o clamor da comunidade é mais forte, mais persistente, mais agudo.

É, sem dúvida, uma força nova que surge na cidade. E que surge para prestar serviço, no que há de mais autêntico da vida em comunidade. Por isso, o primeiro dever de todos, na noite de hoje, é a presença na cerimônia da posse. O abraço de todos nós, no Douglas e no Marochi, será a certeza de que teremos aqui, de fato, o melhor Sistema de Segurança Pública do Estado."

ADAIL INGLÊS - jornalista do jornal "Diário da Manhã".

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 15 DE OUTUBRO DE 1991.

"Da saudação feita pelo Senhor IRENO VICENTE, em nome dos funcionários do Poder Legislativo, ao Reverendíssimo Padre GUSTAVO HENRIQUE PEREIRA FILHO.

Desejando exprimir nesta hora, o que me vai na alma, transbordante da mais pura alegria, os colegas da Assembléia Legislativa foram buscar na penumbra de um propositado isolamento, o seu intérprete, para lhe conferir a honra desta delegação acima de suas forças.

E a só lembrança da inda curta vida da nossa geração, importa recapitular março de 1960, a auspiciosa chegada de Vossa Reverendíssima no seio deste povo curitibano, a convite do saudoso Arcebispo Metropolitano Dom MANOEL DA SILVEIRA DELBOUX, para trabalho pastoral junto aos universitários. Sua coragem, simpatia e capacidade de diálogo com os jovens universitários de todas as tendências, o tornaram personalidade até hoje, respeitada por todos.

Tem sido ao longo do tempo um conciliador, com serenidade, bondade e constantemente como protetor e guia.

No instante em que o Deputado Antônio Annibelli, então Presidente da Casa, convidou Padre Gustavo para ser o Capelão do Legislativo, tivemos certeza que estava chegando para nosso Pastor, para nosso guia, um sacerdote de vasta cultura e altíssimas virtudes, de ameno trato e de energia sem desfalecimentos, qualidades que fazem de Vossa Reverendíssima o digno Pastor de todos nós, pela força da fé, da esperança e do amor, na fecundidade da prece e do trabalho. É assim que estamos vendo coroado do mais radioso êxito o seu trabalho especial de que precisamos para a segurança de todos os nossos propósitos onde recebemos a imagem puríssima, nas lições da igreja. Aqui, Padre Gustavo é um irmão entre os irmãos, na sua própria casa.

Quando Vossa Reverendíssima recebeu em 1984, o Título de Cidadão Honorário do Paraná, anotei o último tópic do seu brilhante pronunciamento:

"Para mim o viver é Cristo. Só assim poderei ser fonte de bênçãos para este Paraná, agora, mais do que nunca, meu Paraná, por eleição direta do seu povo."

Ao comemorarmos hoje mais um aniversário natalício de Vossa Reverendíssima, rogamos ao Criador, dar-lhe forças para continuar o intérprete forte e operoso na sua especialidade e sinceridade dedicada à Santa Madre Igreja, com propósitos adequados como nosso guia.

Padre Gustavo comemora seu aniversário, justamente no dia da Padroeira do Brasil: NOSSA SENHORA APARECIDA. Para homenageá-lo, citarei o que escreveu o poeta BELMIRO BRAGA, em 23 de outubro de 1909:

"Virgem Mãe Aparecida
Estendei o vosso olhar
Sobre o chão de nossa vida,
Sobre nós e nosso lar!

Virgem Mãe Aparecida
Nossa vida e nossa luz!
Dai-nos sempre nesta vida
Paz e amor no bom Jesus!

Peregrinos, longes terras,
Caminhamos através
de altos montes e d'altas serras,
Para vos beijar os pés

Estendei os vossos braços,
Que trazeis no peito em cruz,
Para nos guiar os passos
Para o reino de Jesus.

Desta vida nos extremos
Trazei paz, trazei perdão
A nós, Mãe, que vos trazemos
Com amor no coração.

Nós aqui estamos, servidores da Assembléia Legislativa, só a espera da continuada voz de comando, partida dos lábios de Vossa Reverendíssima, na certeza que dessa constância de todos os minutos nascerá para nós a messe incomparável de benefícios que haveremos de colher, guiados pelos conselhos sábios de Vossa Reverendíssima.

Nesta terra das altas araucárias, cujas frondes sobem diretas para o céu, todos os corações se unem hoje, no mais estreito amplexo de fraternidade, e, os meus colegas de trabalho pediram-me para dizer a Vossa Reverendíssima o quanto se sentem felizes por saudar o nosso Pastor pela passagem de mais um aniversário natalício.

Unidos em Cristo, os servidores da Assembléia Legislativa, por intermédio do último deles, depõe na mão augusta de Vossa Reverendíssima o ósculo da mais perfeita felicidade.

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e tendo em vista o que consta do processo,

R E S O L V E:

PORTARIA N° 101/91

conceder, a SILVIA MARIA KHOURI HILGENBERG, funcionária contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 12 de setembro de 1991.

(Prot. n° 9135, de 19.09.91).

PORTARIA N° 102/91

conceder, à funcionária Maria de Lourdes Bizetto Reque, matrícula n° 330, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 16 de setembro do corrente ano.

(Prot. n° 9136, de 19.09.91).

PORTARIA N° 103/91

mandar retificar, em seus assentos funcionais, o nome de Nanci Terezinha Kotelak, matrícula n° 029, ocupante do cargo de Consultor Técnico "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para Nanci Terezinha Kotelak Marques, conforme Certidão de Casamento n° 7.200.

(Prot. n° 8777, de 11.09.91).

PORTARIA N° 104/91

colocar, à disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o funcionário

contratado deste Poder, pelo regime CLT, SÉRGIO ROBERTO DAROS, Cirurgião Dentista, a partir de 01 de outubro de 1991, sem ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 1991.

PORTARIA N° 105/91

mandar contar, para efeito de aposentadoria, nos termos do artigo 35, parágrafo 5° da Constituição do Estado do Paraná, em favor de SEBASTIÃO BUENO, matrícula n° 576, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" - NT - 1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, oito (08) meses e vinte e oito (28) dias, período compreendido entre 01.03.58 e 06.12.60, em que prestou serviços em atividade privada.

(Prot. n° 8425, de 03.09.91).

Gabinete da Diretoria Geral, em 10.10.91

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral.